



ID: 36252906

30-06-2011

Portugal vai ter dentro de dois anos um tribunal arbitral internacional

Justiça. A entidade vai estar vocacionada para a resolução de litígios entre entidades da CPLP

LICÍNIO LIMA

Portugal vai ter um tribunal arbitral internacional (TAI). A entidade deverá estar a funcionar em 2013, sendo vocacionada para a resolução de litígios entre entidades da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em concorrência com os grandes tribunais arbitrais de Paris, Londres, Nova Iorque ou Hong Kong. A formação de técnicos vai iniciar-se em Outubro, através do Instituto de Mediação e Arbitragem Internacional (ILMAI), indo de encontro à orientação da *troika* de se promover em Portugal a resolução alternativa de litígios. A justiça está a fugir dos tribunais comuns.

Até finais de Setembro, no seguimento dos compromissos com a *troika*, o Governo terá de aprovar uma nova lei de arbitragem para que a resolução alternativa de litígios funcione em pleno. A criação de um TAI é um dos desafios que está a ser dinamizado por Fernando Tonim, advogado, representante da União Internacional dos Advogados (UIA) junto dos Países Africanos de Língua Portuguesa. Conforme explicou ao DN, o futuro tribunal vai privilegiar a língua portuguesa, devendo estar vocacionado para dirimir litígios de entidades de países lusófonos. "É fulcral oferecer aos investidores meios alternativos para prevenir e resolver conflitos. Estes meios dão-lhes segurança e contribuem para o desenvolvimento rápido e eficaz de um negócio e da sua manutenção e expansão", disse, em entrevista ao DN.

As empresas lusófonas, actualmente, quando pretendem dirimir um conflito fora dos tribunais comuns, deslocam-se a Paris, a Londres, a Nova Iorque, ou a Hong



Fernando Tonim preocupado com os investidores lusófonos

VISITA

Justiça alternativa traz chineses a Portugal

► Um grupo de juízes-conseheiros do Supremo Tribunal de Justiça da China visita Portugal hoje e amanhã para observar o funcionamento dos centros arbitrais e dos julgados de paz. Os meios alternativos de resolução de litígios estão a atrair os chineses, e Portugal surge como exemplo.

Kong, onde se situam os principais centros de arbitragem internacional. "É mais rápido e a confidencialidade está assegurada", disse o advogado. "São Tomé e Príncipe foi há pouco tempo chamado a dirimir um conflito em Paris, e só os custos de tradução foram altíssimos. O nosso objectivo é que os países lusófonos tenham a sua sede própria" referiu.

No âmbito da CPLP existem cerca de 700 mil advogados. "Os brasileiros estão em maioria, mas é importante valorizar a língua portuguesa nesta área", defendeu.

A criação de um TAI em Portugal necessita do apoio da Ordem

dos Advogados. Ora, o actual bastonário, Marinho e Pinto, entusiasma-se muito pouco com os meios alternativos de justiça. "O bastonário não concorda muito, e a entidade tem a preocupação política de respeitar os colegas", confessou Fernando Tonim.

Assim, se Marinho e Pinto se mantiver crítico relativamente aos tribunais arbitrais, o futuro TAI lusófono poderá vir a ser uma realidade fora de Portugal. "Já se pensou na possibilidade de S. Paulo, no Brasil", alertou.

Entretanto, está criado desde Novembro do ano passado o ILMAI, presidido por Fernando Tonim, que tem como objectivo formar formadores de língua portuguesa que sejam certificados e capazes de dirimir conflitos em qualquer parte do mundo. A aposta do ILMAI é criar centros de arbitragem em toda a CPLP.

Neste sentido, ao abrigo de um protocolo celebrado com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, o ILMAI vai iniciar acções de formação em Outubro. "Vamos convidar peritos internacionais, ao abrigo de um protocolo celebrado com a Florida International University, que tem uma experiência muito grande nos países de América Latina, não só presencial como também na vertente da formação online", explicou.

Antes, porém, o ILMAI vai promover um seminário sobre as legislações da CPLP. "Vai ser necessário harmonizar as leis de todos os países para que uma decisão de um tribunal arbitral seja por todos reconhecida", explicou. Para Fernando Tonim, mais do que um meio alternativo, os tribunais arbitrais são complementares aos tribunais tradicionais. Daí que se recuse a admitir que haja uma tendência para privatizar a justiça.